

Para a história do movimento operário em Coimbra

INTRODUÇÃO

O meio industrial coimbrão, onde as oficinas e as pequenas fábricas predominavam, condicionou a área social relacionada com a indústria, nas suas diversas componentes — empresários, quadros técnicos e operariado. Em muitos casos, durante boa parte do século XIX e inícios do século XX, o mesmo indivíduo acumulava as diversas funções requeridas pela empresa, desde o investimento de capital e gestão à própria mão-de-obra, mais ou menos qualificada. Nestas condições — e para além das reservas que os números e a própria designação de operariado nos merecem —, não nos devemos surpreender de aqueles apresentarem valores tão baixos. Assim, 65 operários (no concelho) em 1847, dos quais apenas 20 sabiam ler e escrever¹; cerca de 400 em 1896, sendo mais de metade analfabetos²; 2630 em 1912 (na cidade)³, e 2998 (de novo no concelho) em 1917⁴, são números consideravelmente diminutos para uma cidade que em 1878 e 1920 já contava, respectivamente, 13 369⁵ e 20 841⁶ habitantes. Em contrapartida, o sector terciário tinha na cidade um grande peso, ocupando a esmagadora maioria da população activa.

Não basta, todavia, ter presente o contexto socioeconómico da cidade do Mondego para compreender o evoluir do seu movimento operário. Como salienta António M. Calero Amor⁷, «existe uma relação directa entre estrutura socioeconómica e questão social, mas só uma relação indirecta e parcial entre estrutura socioeconómica e movimento operário». Efectivamente, a função de outras variáveis não deverá ser esquecida, designadamente o contexto sociocultural, o associativismo, a propaganda e a informação.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹ *Copiador da 1.ª Repartição* (Governo Civil?), 1847.

² *O Conimbricense*, n.º 5107, de 8 de Setembro de 1896.

³ António Ventura, *O Sindicalismo no Alentejo. A «Tourné» de Propaganda de 1912*, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 132.

⁴ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116, de 1926, p. 8.

⁵ *Censo no 1.º de Janeiro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. XII

⁶ *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. x.

⁷ *Historia del Movimiento Obrero en Granada (1909-1923)*, Madrid, Editorial Tecnos, 1973, p. 287.

1. CONTEXTO SOCIOCULTURAL

Deste ponto de vista, é bem conhecido o papel desempenhado pela Universidade de Coimbra nos vários domínios. Recorde-se, por exemplo, a intervenção de universitários na Questão Coimbrã⁸ e, embora em menor grau, na difusão inicial entre nós do positivismo⁹ e do marxismo¹⁰.

No que ao movimento operário especificamente diz respeito, a acção universitária está menos estudada. É de admitir, todavia, que aquela tenha sido pouco significativa e sobretudo indirecta, através da divulgação, por meio de trabalhos escritos ou de conferências, de alguns ideais socialistas, republicanos ou associativos, o que eventualmente poderá ter favorecido o movimento operário reformista, mas com repercussões mínimas — ou mesmo negativas — no sindicalismo revolucionário.

A fim de suprir a deficiente instrução da maioria dos operários, várias associações de instrução e recreio ministraram o ensino, devendo salientar-se a Sociedade de Instrução dos Operários, fundada em 1851, a Associação dos Artistas de Coimbra (em 1861) e a Associação Conimbricense do Sexo Feminino (em 1867)¹¹. Refira-se ainda a Escola Livre das Artes do Desenho, cuja fundação teve lugar em 1878¹². O operariado de Coimbra ficou a dever algo a estas instituições, pois só viria a poder dispor da Escola de Desenho Industrial Brotero a partir de 1884 e da Escola Industrial do mesmo nome depois de 1889¹³.

2. ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO

Foi considerável o movimento associativo em Coimbra na segunda metade do século XIX. Dentre os vários tipos de associações criadas distinguiram-se as de socorros mútuos, das quais existiam 9 em 1900¹⁴.

Mais directamente ligadas ao tema que nos ocupa, estavam as associações de classe — ainda que, inicialmente, limitadas às funções bastante restritas de caixas económicas —, fundadas a partir de 1877¹⁵. Embora

⁸ Ver, entre outros, António José Saraiva, *História Ilustrada das Grandes Literaturas. Literatura Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1966, pp. 205 e segs.

⁹ Cf. Fernando de Almeida Catroga, *Os Inícios do Positivismo em Portugal. O Seu Significado Político-Social*, Universidade de Coimbra, 1977, pp. 28-35, sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. I.

¹⁰ Alfredo Margarido, *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1975, pp. 41-44 e 55-56.

¹¹ Cf. *O Conimbricense*, n.º 2834, de 6 de Outubro de 1874.

¹² M. Castro Hipólito, «Introdução» de *Centenário da Escola Livre das Artes do Desenho 1878-1978* («Exposição artística, documental e bibliográfica, organização do Movimento Artístico de Coimbra»), Coimbra, 1979.

¹³ Joaquim Ferreira Gomes, *Escolas Industriais e Comerciais no Século XIX*, sep. da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, vol. XII, 1978, p. 105.

¹⁴ *O Conimbricense*, n.º 5465, de 31 de Março de 1900.

¹⁵ «Além das associações de socorros mútuos a que nos acabámos de referir, foram criadas também nesta cidade, a começar em 1877, umas instituições exclusivamente de operários, manifesto documento de moralidade e previdência que muito honra esta classe.» (*O Conimbricense*, n.º 5465, de 31 de Março de 1900.) (Actualizámos as citações.) Sobre a distinção entre associações de socorros mútuos e associações de classe ver Fernando Emygdio da Silva, *O Operariado Português na Questão Social*, Lisboa, Typographia Universal, 1905, p. 86.

algumas tivessem tido vida efémera, na viragem do século contavam-se 7, datando 4 delas do período anterior à promulgação do Decreto de 9 de Maio de 1891, que regulamentou a instituição e o funcionamento das associações de classe. Como estavam associados naquelas 494 indivíduos, pertencentes na grande maioria à classe operária, é muito possível que a quase totalidade do operariado conimbricense estivesse nelas inscrito.

Estas associações, salvo uma ou outra excepção¹⁶, congregavam indivíduos de actividades diversas, desde que pertencessem à classe operária ou, em alguns casos, ao salariado urbano.

Enquanto, por 1905, o mutualismo se encontrava decadente¹⁷, após ter aparentado ainda algum vigor no final do século passado¹⁸, uma nova fase associativa — já essencialmente sindicalista — se avizinha, sobretudo a partir de 1905-6, à qual não foram estranhos o Congresso e a Carta de Amiens (1906)¹⁹. Assim, em 1905 encontrava-se em formação a Associação de Classe dos Alfaiates²⁰ e a dos Manipuladores de Pão²¹ e reorganizava-se a Associação de Classe dos Latoeiros²². No ano seguinte propuseram os seus estatutos para aprovação a Associação de Classe dos Barbeiros e Cabeleireiros²³ e a dos Carpinteiros de Construção Civil²⁴, encontrando-se em formação a Associação de Classe das Artes Gráficas de Coimbra²⁵. Em 1907 apresenta-se pela primeira vez em público, na festa do 1.º de Maio, a Associação dos Gasomistas, cuja bandeira patenteava, numa das legendas, «8 horas de trabalho»²⁶.

Deste modo, de 4 associações de classe em 1903²⁷ — certamente fundadas ainda no século XIX — passa-se a 6 sindicatos de indústria (no distrito) em 1911²⁸ e a 7 de indústria, transportes — dos Empregados da Tracção Eléctrica de Coimbra — e comércio (igualmente no distrito) em 1918²⁹. Apesar de nem todos os grupos profissionais revelarem o mesmo dinamismo — o dos metalúrgicos, por exemplo, embora numeroso, ainda não dava sinal de vida em 1908³⁰ —, o sindicalismo ia progredindo,

¹⁶ Como a Caixa Económica da Tipografia do Conimbricense e a Caixa Económica dos Guardas Civis da 2.ª Esquadra.

¹⁷ «Nota-se há tempos um grande desânimo na maior parte das associações de Coimbra, e muito principalmente nas de socorros mútuos.» (*O Conimbricense*, n.º 6015, de 25 de Julho de 1905.)

¹⁸ *O Conimbricense*, n.º 4881, de 26 de Junho de 1894.

¹⁹ Cf. Edgar Rodrigues, *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1977, p. 254; David de Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*, Lisboa, Seara Nova, 1977, pp. 124-125.

²⁰ *O Conimbricense*, n.º 6030, de 16 de Setembro de 1905.

²¹ *Ibid.*, n.º 6021, de 16 de Julho de 1905.

²² *Ibid.*, n.º 6038, de 14 de Outubro de 1905.

²³ *Ibid.*, n.º 6061, de 4 de Janeiro de 1906.

²⁴ *Ibid.*, n.º 6110, de 26 de Junho de 1906.

²⁵ *Ibid.*, n.º 6133, de 18 de Setembro de 1906.

²⁶ *Ibid.*, n.º 6197, de 4 de Maio de 1907.

²⁷ António Ventura, *op. cit.*, p. 16.

²⁸ Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*. IV — *Greves e Agitações Operárias*, 1.ª parte, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d., p. 79.

²⁹ Suplemento do *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 90, de 18 de Abril de 1918.

³⁰ *O Despertar*, n.º 5, de 19 de Dezembro de 1908. Porém, a Associação dos Operários Metalúrgicos de Coimbra já participou no Congresso Sindicalista realizado em Lisboa em Março de 1911 (António Ventura, *op. cit.*, p. 27. Segundo este autor, desconhece-se o número de associados que a Associação tinha na altura).

coadjuvado, especialmente depois daquele ano, pela Federação das Associações Operárias de Coimbra³¹. No entanto, alguns anos depois (1911), este organismo era acusado de não ter reunido durante cerca de três meses, contribuindo para a desunião do operariado local, devido à autodemissão da direcção, que não concordava com o sindicalismo revolucionário, sem intervenção na esfera política³².

A Federação das Associações Operárias de Coimbra havia-se assim desviado da sua linha inicial, saudada com entusiasmo pelo anarquista Emilio Costa, no jornal francês *Temps Nouveaux* de 5 de Dezembro de 1908, após a saída do primeiro número de *O Despertar*, órgão daquela Federação³³.

Pode perguntar-se em que medida o associativismo em Coimbra terá dinamizado ou não o movimento operário. Para Costa Goodolphim, embora a associação também fosse vantajosa para o capitalista, para quem ela «se torna verdadeiramente necessária é para o operário, na mais lata acepção desta palavra»³⁴. M. Perrot, por seu turno, reportando-se ao caso francês, entende que a associação de classe apenas desempenhou um papel insignificante na luta reivindicativa, surgindo por vezes mesmo como um travão³⁵. Relativamente a Coimbra, julgamos que as associações de classe terão contribuído, de certa maneira, para fortalecer a consciência operária³⁶ e para a satisfação de algumas das petições do proletariado urbano, ainda que frequentemente apresentadas de forma ordeira e com fraco poder reivindicativo³⁷.

3. DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA

A divulgação e a propaganda de assuntos relativos ao movimento operário faziam-se por vários meios, tais como livros, folhetos, imprensa, conferências e comícios. Azedo Gneco, entre outros, proferiu uma conferência sobre as vantagens da associação, na sala da Associação dos Artistas de Coimbra, em 1896³⁸. Temos igualmente notícia de alguns comícios e reuniões, onde se efectuaram diversas intervenções. Foi, contudo, à imprensa que coube o lugar mais destacado, deste ponto de vista.

Carlos da Fonseca indica a publicação de 70 órgãos militantes no distrito de Coimbra, entre 1836 e 1936, número que coloca este distrito imediatamente a seguir aos de Lisboa (401) e Porto (205), o que se

³¹ *O Despertar*, n.º 5, de 19 de Dezembro de 1908.

³² *A Revolução Social*, n.º 2, de 28 de Dezembro de 1911.

³³ Arquivo Nacional de Paris, F^o 13 068, 133^o.

³⁴ Costa Goodolphim, *A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, com prefácio e notas de César Oliveira, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 22.

³⁵ Michelle Perrot, *Les Ouvriers en Grève. France, 1871-1890*, vol. II, Paris-Haia, Mouton, 1974, p. 429.

³⁶ R. J. Morris distingue três níveis de consciência de classe: consenso, consciência operária e consciência revolucionária (*Class and Class Consciousness in the Industrial Revolution, 1780-1850*, Londres-Basingstoke, The MacMillan Press Ltd., 1979, p. 37).

³⁷ Sobre as funções das associações operárias e acusações que lhes são feitas ver: Ruy Ennes Ulrich, *Legislação Operária Portuguesa*, Coimbra, França Amado Editor, 1906, pp. 327-340.

³⁸ *O Commercio de Coimbra*, n.º 507, de 12 de Novembro de 1896.

deve mais ao contexto sociocultural — já por nós focado — que ao peso do operariado local³⁹. Somos assim levados a admitir que a propaganda em Coimbra, pelo menos em certos períodos, foi bastante intensa, não devendo o próprio analfabetismo ter constituído obstáculo intransponível à difusão das ideias e notícias pela imprensa⁴⁰.

Uma grande percentagem dos mencionados jornais tinham uma vida bastante fugaz, não indo alguns além do primeiro número e vários outros dos primeiros meses de publicação⁴¹. Do grande número de periódicos aparecidos entre 1851 e 1912 seleccionámos 11⁴², que se publicaram, em média, apenas durante 19 meses cada um, não obstante 2 deles — *A Officina* (1883-91) e *A Voz do Artista* (1884-90) — terem saído durante 8 e 6 anos, respectivamente.

Estas publicações reflectiam não só as condições locais, como obviamente as nacionais e mesmo as internacionais. Por esse motivo, encontramos n' *A Officina*⁴³ artigos sobre uma série de temas, então na ordem do dia, que poderiam auxiliar o operário na sua formação. «Movimento socialista»⁴⁴, «Proletários e burgueses»⁴⁵, «A propriedade»⁴⁶, «Republicanos e socialistas»⁴⁷ e «Estudos rudimentares de sociologia»⁴⁸ são alguns desses artigos. Foi colaborador assíduo d' *A Officina* Heliodoro Salgado, «apóstolo incansável na defesa do proletário», na opinião de Emygdio da Silva⁴⁹.

Já *O Despertar* (1908), órgão da Federação das Associações Operárias de Coimbra, se faz eco da expansão do sindicalismo, que na altura se processava. Essa orientação apreende-se bem em vários dos seus artigos: «Apelo à emancipação económica e social»⁵⁰, «Organização operária»⁵¹, «Sindicalismo»⁵² e «Sindicato»⁵³.

Dada a difusão do anarquismo⁵⁴ e do anarco-sindicalismo no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, surgiram alguns órgãos

³⁹ Cf. Carlos da Fonseca, *op. cit.*, pp. 80-81.

⁴⁰ Cf. Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo/História, 1979, p. 222; F. Emygdio da Silva, *op. cit.*, p. 227.

⁴¹ As dificuldades de ordem financeira, devido ao facto de as tiragens serem reduzidas, acresciam as de ordem legal, consubstanciadas algumas vezes em processos judiciais aos directores, suspensão dos jornais, etc.

⁴² *O Alarme, Os Barbaros, O Despertar, O Grito do Povo, Jornal dos Artistas, O Liberal do Mondego, A Officina, O Operário de Coimbra, O Operariado de Coimbra, A Revolução Social e A Voz do Artista*. Ver outros em *Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra*, edição actualizada e ampliada por A. Carneiro da Silva, com prefácio de Fernando Pinto Loureiro, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1947, pp. 7-138.

⁴³ Em cujo subtítulo se lê «Semanaio da Classe Operaria».

⁴⁴ *A Officina*, n.º 244-249, de 17 de Setembro a 22 de Outubro de 1887.

⁴⁵ *Ibid.*, n.º 296-297, de 15 e 22 de Setembro de 1888.

⁴⁶ *Ibid.*, n.º 171-194, de 15 de Abril a 24 de Setembro de 1886.

⁴⁷ *Ibid.*, n.º 272-276, de 4 a 28 de Abril de 1888.

⁴⁸ *Ibid.*, n.º 319-327, de 21 de Fevereiro a 18 de Abril de 1889.

⁴⁹ F. Emygdio da Silva, *op. cit.*, p. 261.

⁵⁰ *O Despertar*, n.º 4, de 5 de Dezembro de 1908.

⁵¹ *Ibid.*, n.º 4 e 5, de 5 e 19 de Dezembro de 1908.

⁵² *Ibid.*, n.º 1-5, de 14 a 19 de Dezembro de 1908.

⁵³ *Ibid.*, n.º 3, de 28 de Novembro de 1908.

⁵⁴ «O operariado de Lisboa, Porto e Coimbra e outros centros industriais vai pouco a pouco abandonando as tendências marxistas para se lançar no anarquismo.» (F. Emygdio da Silva, *op. cit.*, p. 205.)

dedicados exclusivamente à sua divulgação — além de outros que se lhes referiam menos desenvolvidamente —, mas que, em geral, só se publicaram durante curtos períodos. Só a título de exemplo, mencionem-se *Os Barbaros* (1894, 7 números) e *A Revolução Social* (1911-12, 4 números) ⁵⁵.

4. REIVINDICAÇÕES OPERÁRIAS

As reivindicações operárias em Coimbra, tendentes a melhorar as condições de trabalho e de subsistência do operariado, diziam respeito a assuntos diversos, como salários, impostos, condições e horário de trabalho, etc. No que se refere a salários, temos algumas informações sobre o seu baixo montante, sem que todavia conheçamos grande número de reivindicações com vista à sua subida ⁵⁶. Em 1908, um metalúrgico alertava os seus companheiros de profissão da seguinte forma: «Com salários que fazem uma média de 500 réis por dia, como poderá sustentar-se a si e aos seus filhos quem aufere um salário tão insignificante? Pois é preciso, camaradas, que saiam dessa indiferença. Para isso organizai os vossos sindicatos, estudai a vossa situação económica, e sobretudo olhai para o futuro dos vossos filhos.» ⁵⁷ Outro exemplo diz respeito a um alfaiate, morador na Praça do Comércio, que solicitou à Câmara Municipal o fornecimento gratuito da água, por causa de o seu salário médio não atingir 50 centavos ⁵⁸. Estes e outros casos análogos levam-nos a admitir ter havido um certo conformismo ante os reduzidos salários, para o que contribuiria a escassez de postos de trabalho e a estrutura da pequena indústria, já focada.

Quanto a impostos, provocaram certa mobilização na cidade, em fins de 1887 e inícios de 1888, as então chamadas «licenças de trabalho» ⁵⁹, que agravavam a situação económica da população. Efectuaram-se comícios em Coimbra, tendo num deles estado presentes — na fábrica de José da Costa Soares, na Rua da Sofia —, segundo a imprensa local, mais de 1500 pessoas ⁶⁰.

Muito melhor documentadas estão as reivindicações concernentes ao horário de trabalho e ao descanso hebdomadário. Primeiramente, os operários pretendiam a abolição dos serões e, o que é mais interessante, a manutenção da própria sesta. Tendo esta sido eliminada pelos mestres de marcenaria, em 1860 — contra a prática corrente não só neste ofício, como nos de carpinteiro e pedreiro —, muitos oficiais, não querendo sujeitar-se a tal vexame, resolveram despedir-se, ficando por essa razão desempregados ⁶¹. A abolição dos serões é solicitada, em 1890, pelos

⁵⁵ Ver vários outros em *Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra*, cit.; para o País, de 1886 e 1897, ver J. M. Gonçalves Viana, *A Evolução Anarquista em Portugal*, com prefácio e notas de Carlos da Fonseca, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 39.

⁵⁶ A demora na liquidação dos salários parece ter dado origem a maior número de queixas (ver reclamações apresentadas ao Tribunal de Árbitros Avdores, no *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 36, de 1910, pp. 47-52).

⁵⁷ *O Despertar*, n.º 5, de 19 de Dezembro de 1908.

⁵⁸ Biblioteca e Arquivo Municipal de Coimbra (BAMC), *Requerimentos Diversos*, 1914.

⁵⁹ Lei de 15 de Julho e regulamento de 28 de Setembro de 1887.

⁶⁰ *O Conimbricense*, n.º 4027, de 20 de Dezembro de 1887.

⁶¹ *Ibid.*, n.º 649, de 14 de Abril de 1860.

funileiros, que trabalhavam então 14 horas diárias, segundo um periódico local ⁶², auferindo salários que variavam entre 240 e 400 réis por dia. Ainda que alguns «industriais», individualmente, concordassem com a eliminação dos serões, colectivamente decidiram não o fazer, alegando que, caso cedessem, novas reivindicações se sucederiam, vindo os operários a pedir as 8 horas de trabalho ⁶³. Este receio não seria infundado, já que, de acordo com uma decisão tomada no Congresso Operário Socialista realizado em Paris em Julho de 1889, o dia de trabalho de 8 horas passava a constituir uma das principais reivindicações a fazer aos governos no dia 1.º de Maio de cada ano ⁶⁴.

Em Coimbra, a luta pela diminuição do período de trabalho diário vai prosseguir, embora lentamente. Os marceneiros conseguiram a redução de uma hora de trabalho ao serão, em 1897 ⁶⁵. Em 1905, o pessoal dos fornos da Fábrica de Gás passa a trabalhar as 8 horas diárias, o que foi, ao que julgamos saber, uma inovação na cidade, motivando por esse facto manifestações de agradecimento para com a Câmara Municipal ⁶⁶. O tema das 8 horas de trabalho/dia irá ainda merecer a atenção dos operários por diversos anos. No número 1 e único do jornal *O Operariado de Coimbra*, de 15 de Maio de 1910, lê-se: «É triste e lamentável o estado do operariado português. Ele trabalha *por dia 10 a 12 horas* e o produto dessas horas, para a maior parte dos operários, é de 240 réis! Uma insignificância.» Em 1915, após a promulgação das 8 horas de laboração diárias para os operários tipográficos, houve algumas discordâncias entre os industriais de Coimbra. Tendo acordado com os operários trabalharem estes mais duas horas, para manter o salário anterior — o que equivalia a trabalharem 10 horas por dia —, passado algum tempo os empresários deixaram de cumprir o acordo, segundo um jornal local ⁶⁷.

A partir de 1919, com a publicação do decreto que fixou o período de trabalho diário em 8 horas ⁶⁸, esta questão vai sendo solucionada, em Coimbra como no País em geral, a despeito de alguns protestos ⁶⁹.

O descanso hebdomadário, em primeiro lugar, e o descanso dominical, depois, também foram objecto de petição por parte de caixeiros, barbeiros e outros profissionais. Neste caso tornou-se necessária uma adaptação e a aquisição de hábitos novos, como se deduz, por exemplo, do facto de o proprietário de uma barbearia de Celas solicitar, à Câmara Municipal, autorização para abrir o estabelecimento aos sábados e domingos — únicos dias em que tinha clientes, todos operários — e fechá-lo nos restantes dias da semana ⁷⁰. Entretanto, em 1928 já o descanso semanal ao domingo era respeitado no comércio e na indústria da cidade do Mondego ⁷¹.

⁶² *A Officina*, n.º 382, de 10 de Maio de 1890.

⁶³ *A Voz do Operário*, n.º 198, de 11 de Maio de 1890.

⁶⁴ Miguel Izard, *Industrialización y Obrerismo. Las Tres Clases de Vapor, 1869-1913*, Barcelona, Editorial Ariel, 1973, p. 173.

⁶⁵ *O Conimbricense*, n.º 5218, de 30 de Outubro de 1897.

⁶⁶ *Ibid.*, n.º 5992, de 2 de Maio de 1905.

⁶⁷ *O Povo de Santa Clara*, n.º 329, de 31 de Outubro de 1915.

⁶⁸ Decreto n.º 5516, publicado no 5.º suplemento do *Diário do Governo* de 10 de Maio de 1919.

⁶⁹ Cf. *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 256, de 3 de Novembro de 1919, pp. 4284-4291.

⁷⁰ BAMC, *Requerimentos Diversos*, 1911.

⁷¹ Associação Comercial e Industrial de Coimbra, *Copiador*, n.º 1, fl. 461.

Para finalizar este tópico, consideremos as manifestações do 1.º de Maio. Como é do conhecimento geral, no Congresso de Paris, em 1889 — como já havia sucedido com a American Federation of Labor, em São Francisco (1888), para 1890 —, foi deliberado que se passaria a organizar no 1.º de Maio de cada ano uma grande manifestação internacional operária, durante a qual se efectuariam reivindicações⁷², especialmente o dia de 8 horas de trabalho.

A imprensa coimbrã noticiava, com maior ou menor desenvolvimento, as manifestações do 1.º de Maio mais impressionantes levadas a cabo, tanto nas principais cidades estrangeiras como em Lisboa, Porto, Coimbra, etc. Dos testemunhos que nos ficaram inferimos que o 1.º de Maio foi comemorado na Lusa Atenas com pouca regularidade. Assim, em 1890 e anos imediatos⁷³ não se efectuou qualquer comemoração no mencionado dia. A crise económico-financeira que o País atravessava e a crise de trabalho verificada em Coimbra decerto não estimulariam a mobilização do reduzido operariado existente. Pode dizer-se que somente em 1898 se principia a comemorar o «dia do trabalhador» em Coimbra, com certa participação popular. Efectuou-se naquele ano um cortejo⁷⁴ que, partindo do Largo da Feira, se dirigiu ao Cemitério da Conchada, onde foram proferidos discursos junto à vala geral e ao mausoléu do «poeta-operário» Adelino Veiga. A aludida comemoração ocorreu até 1901, mas já não se efectuou em 1902⁷⁵, para o que talvez tenha contribuído o facto de a Universidade se encontrar na altura encerrada, devido a um conflito entre estudantes e a polícia. Tendo passado o 1.º de Maio quase despercebido na cidade em 1904 e 1905, em 1906⁷⁶ e 1907⁷⁷ voltou a mobilizar a atenção do operariado. Nos primeiros anos após a implantação da República, as comemorações poderão eventualmente ter tido maior participação popular, facilitada pelo facto de a Câmara Municipal ter deliberado que esse dia fosse feriado⁷⁸. Em 1916, contudo, não se comemorou novamente o 1.º de Maio em Coimbra, por decisão da União dos Sindicatos Operários de Coimbra e das Associações Unificadas⁷⁹. Um dos motivos dessa decisão poderá ter sido a declaração de guerra que a Alemanha havia feito a Portugal pouco antes (9 de Março de 1916)⁸⁰.

Em conclusão: as comemorações do 1.º de Maio em Coimbra, nos anos em que se realizaram, de 1898 a 1915, revelaram a pouca agressi-

⁷² Paul Silvestre, *Le Mouvement Ouvrier Jusqu'à la Deuxième Guerre Mondial*, Paris, Armand Colin, 1970, p. 30.

⁷³ Em 1892 podia ler-se: «Nem houve a mais insignificante manifestação socialista [no dia 1.º de Maio].» (*O Conimbricense*, n.º 4660, de 3 de Maio de 1892.)

⁷⁴ Promovido pelas seguintes associações: Fraternal dos Operários Conimbricenses, Fabricantes [=Operários] de Calçado, Classes dos Marceneiros, Caixas Económicas e muitos operários da arte de cerâmica.» (*O Conimbricense*, n.º 5266, de 3 de Maio de 1898.)

⁷⁵ *O Conimbricense*, n.º 5680, de 3 de Maio de 1902.

⁷⁶ *O Tribuno Popular*, n.º 5193, de 28 de Abril de 1906.

⁷⁷ *O Conimbricense*, n.º 6193, de 20 de Abril de 1907.

⁷⁸ *O Povo de Santa Clara*, n.º 303, de 2 de Maio de 1916.

⁷⁹ *Ibid.*, n.º 355, de 30 de Abril de 1916.

⁸⁰ Cf. «Intervenção de Portugal na 1.ª Grande Guerra», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 372.

vidade do movimento operário cidadão, naturalmente bastante sensível à conjuntura local e nacional ⁸¹.

5. GREVES

No século XIX, «a idade de ouro das greves», na expressão de Ruy Ulrich ⁸², o movimento grevista fez-se sentir em diversos países, muito especialmente naqueles cuja industrialização se efectuava de forma mais rápida. Nos países menos industrializados, como Portugal, o número de greves tornou-se expressivo sobretudo nas últimas três décadas de Oitocentos e primeiras do nosso século ⁸³. Na verdade, a despeito de a greve ter sido expressamente proibida entre nós, de 1852 ⁸⁴ a 1910 ⁸⁵, a ela recorreram os trabalhadores com relativa frequência, calculando Armando Castro que os movimentos grevistas mobilizaram, entre 1903 e 1912, um mínimo de 8% do operariado ⁸⁶.

A participação de Coimbra no surto grevista referido foi escassa, de acordo, aliás, com as características do movimento operário local. A este propósito lê-se num relatório de 1912: «[...] o proletariado de Coimbra não tinha, até Janeiro findo [1912], primeiro movimento operário em que tomou parte, dado sinais da sua existência como organização de combate ao actual regime do salariato.» ⁸⁷ Possivelmente com o intuito de enaltecer a acção de 1912, parece ter-se esquecido injustamente tudo o que a procedeu ⁸⁸, como veremos.

Em Junho de 1888 registou-se uma greve no distrito de Coimbra, nas Minas do Cabo Mondego, cujo resultado foi satisfatório para os respectivos mineiros ⁸⁹.

⁸¹ A própria influência do Partido Socialista até 1909 (cf. «Greves» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, p. 381) terá concorrido para dar às comemorações do 1.º de Maio um carácter mais «folclórico» que de jornada de luta. «Em Portugal, quanto a nós, o Partido Socialista tem feito demasiado alarde do cortejo que todos os anos se organiza no dia 1.º de Maio, nas ruas de Lisboa e de algumas cidades da província. Mas essas manifestações cívicas aos túmulos de Antero, Fontana, Sousa Brandão, etc., a tantos beneméritos, resumem-se às palavras vãs de alguns discursos. Nada mais.» (F. Emygdio da Silva, *op. cit.*, p. 195.)

⁸² Ruy Ennes Ulrich, *Legislação Operária Portuguesa*, cit., p. 381.

⁸³ Ver greves feitas entre 1872 e 1912 em Fernando Emygdio da Silva, *As Greves*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912, pp. 270-294 e 304-397; para o período 1903-12 ver *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 81, de 1919.

⁸⁴ Pelo artigo 277.º do Código Penal de 10 de Dezembro de 1852, o qual veio a constar igualmente da Nova Reforma Penal de 14 de Junho de 1884 e do Código Penal de 16 de Dezembro de 1886 (Ruy E. Ulrich, *Legislação Operária Portuguesa*, cit., pp. 402-404).

⁸⁵ Pelo Decreto de 6 de Dezembro de 1910, artigo 1.º, foi reconhecido o direito à greve: «É garantido aos operários, bem como aos patrões, o direito de se coligarem para a cessação simultânea do trabalho.» (Cf. «Greves» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, cit., p. 382.)

⁸⁶ Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, 3.ª ed., Porto, Editora Limiar, 1976, p. 206.

⁸⁷ «Relatório dos delegados da comissão executiva do Congresso Sindicalista, em missão de propaganda a Coimbra, em 1 de Maio de 1912», in António Ventura, *O Sindicalismo no Alentejo*, cit., p. 131.

⁸⁸ O mesmo sucede com várias publicações sobre a matéria, onde algumas pequenas greves que referiremos não são mencionadas.

⁸⁹ *A Officina*, n.º 283, de 16 de Junho de 1888. Referenciada também, sem indicação do resultado, por Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário*, vol. IV, 1.ª parte, cit., p. 153.

Em 1894, como que prenunciando a Revolta do Grelo, de 1903, foi proibida a realização de um comício, no Teatro, e os estabelecimentos comerciais e industriais encerraram na tarde do dia 29 de Janeiro daquele ano⁹⁰. Tratava-se de manifestações contra a elevada contribuição industrial⁹¹. Dois anos depois surgiu um conflito entre os algibebeiros e os seus operários, estando estes dispostos a entrar em greve⁹².

Uma greve efectuada por operários de Lisboa, que trabalhavam nas obras da Penitenciária de Coimbra, em Dezembro de 1897⁹³, permite detectar uma diferença de comportamento entre os operários provenientes da capital e os conimbricenses. Efectivamente, aquela foi desencadeada contra o serviço à tarefa — provavelmente já menos utilizado nas obras públicas em Lisboa —, acerca do qual os operários locais, neste caso concreto, não punham qualquer objecção. Esta greve deve ter-se saldado por uma derrota para os grevistas, já que os operários de Coimbra agradeceram — por meio de um abaixo-assinado — ao engenheiro-chefe da secção dos edifícios públicos desta cidade, João Teófilo da Costa Cois, as medidas enérgicas tomadas, declarando terem já saído da cidade a maior parte dos operários acima indicados⁹⁴.

Bastante mais conhecida foi a chamada Revolta do Grelo, em Março de 1903, que colocou a pacata cidade de Coimbra praticamente em pé de guerra. Emygdio da Silva, no seu estudo *As Greves*⁹⁵, referiu-se-lhe deste modo: «*Greve no mercado de Coimbra*. Em 12 de Março de 1903. Contra o fisco. Tumultos graves. 2 mortos⁹⁶. Numerosos feridos. Greve ligada aos anais académicos pela intervenção dos estudantes. Encerramento da Universidade por três semanas.»

A revolta, que teve como origem a aplicação de um imposto às vendeiras — que vinham dos subúrbios de Coimbra⁹⁷ — do Mercado de D. Pedro V, rapidamente alastraria pela cidade, envolvendo o comércio, a indústria e a própria Universidade, que paralisaram, passando muitas das pessoas ligadas àqueles sectores a tomar parte nas manifestações.

Dispensamo-nos de desenvolver este assunto, em virtude de ele se encontrar relativamente bem documentado na imprensa da época⁹⁸ e ter sido relatado por Campos Lima⁹⁹ e estudado por Vasco Pulido Va-

⁹⁰ Arquivo da Associação Comercial e Industrial de Coimbra, *Copiador*, 1864-75, folha não numerada.

⁹¹ Contribuição essa que incidia sobre profissões muito diversas, não só da indústria, como do comércio e até de algumas profissões liberais.

⁹² *O Conimbricense*, n.º 5008, de 17 de Setembro de 1895.

⁹³ *O Commercio de Coimbra*, n.º 617, de 19 de Dezembro de 1887.

⁹⁴ *O Conimbricense*, n.º 5239, de 22 de Janeiro de 1898.

⁹⁵ *Cit.*, p. 281.

⁹⁶ *N.º O Conimbricense* (n.º 5770, de 14 de Março de 1903) admitia-se a hipótese de ter havido 3 mortos: «[...] Frederico Barbosa de Carvalho, menor de 14 anos, Manuel Bento, casado, trabalhador, de Lordemão, que deixou na orfandade 3 crianças, estando a sua viúva prestes a ser mãe novamente, e um soldado de infantaria 24, segundo corre.»

⁹⁷ As vendeiras de broa do lugar das Carvalhosas que, em número superior a 100, protestavam em frente dos Paços do Concelho juntaram-se as leiteiras e lava-deiras de roupa, tendo algumas vendeiras de hortaliça deliberado acompanhá-las na sua resolução de entrarem em greve (*O Conimbricense*, n.º 5769, de 10 de Março de 1903).

⁹⁸ Ver, por exemplo, *O Conimbricense*, n.ºs 5769, 5770, 5771 e 5772, de 10, 14, 17 e 21 de Março de 1903, e n.º 5795, de 9 de Abril do mesmo ano.

⁹⁹ *Movimento Operário em Portugal*, 2.ª ed., Porto, Edições Afrontamento, 1972, pp. 88-92.

lente¹⁰⁰. Diremos apenas que se tem chamado justa e particularmente a atenção para os seguintes aspectos: o carácter espontâneo da revolta — que a fez parecer-se, na sua fase inicial, com os movimentos sociais pré-industriais¹⁰¹ —, a rapidez com que se transformou em «greve geral» (na cidade), as proporções que atingiu e a célebre «recuperação» que dela fizeram os estratos urbanos. Para M. Villaverde Cabral, esta greve inseriu-se num surto grevista bastante intenso, que teve origem em 1902 — greves dos lanifícios da Covilhã — e se prolongou até 1907¹⁰².

Terá a «greve de Março» — que levou à suspensão, por tempo indeterminado, dos impostos contra os quais foi inicialmente efectuada¹⁰³ e que, passados vários anos, ainda era favoravelmente recordada — alterado substancialmente a dinâmica do movimento operário em Coimbra? Supomos que não. Pelo menos, a curto prazo, não se verificaram manifestações do género, a não ser a curta greve de todo o pessoal do Matadouro de Coimbra, em Setembro de 1905, por ter sido substituído um empregado, tendo este voltado «ao trabalho pouco depois, em vista das boas palavras nessa ocasião proferidas pelo Sr. Inspector do mesmo estabelecimento»¹⁰⁴.

Após a implantação da República, em 1910, é mais fácil encontrar referências a algumas greves em Coimbra¹⁰⁵, mas o meio e as condições locais não aconselhavam a utilizar com frequência esta forma de luta.

CONCLUSÃO

1. O contexto socioeconómico e cultural coimbrão — reduzida e pequena indústria, hipertrofia do terciário, intensa actividade cultural e propagandística — condicionou o movimento operário local, que só muito tímida e lentamente se foi afirmando. A realidade local levou inclusivamente o jornal operário *A Voz do Artista* (n.º 126, de 27 de Fevereiro de 1888) a desejar as boas-vindas aos capitalistas espanhóis que, em 1888, vinham fundar na cidade a primeira grande fábrica (de lanifícios), não obstante declarar estar «em guerra contra o capital».

2. O associativismo, sobretudo o mutualista, foi bastante praticado em Coimbra, particularmente na segunda metade do século XIX. Exerceram acção meritória diversas associações de carácter cultural e educativo, favorecidas pelo ambiente escolar circundante. O sindicalismo, por sua vez, teve um desenvolvimento mais moderado, apesar dos progressos alcançados depois de 1906.

¹⁰⁰ «A 'Revolta do Greló'. Ensaio de análise política», in *Análise Social*, vol. x, n.º 37, de 1973, pp. 79-101.

¹⁰¹ «[...] insurrecciones que, aun cuando alcanzan grados inusitados de violencia, son incapaces de articular un proyecto político como alternativa a las formas vigentes de dominación social.» (Ciro Flamarion e Héctor Pérez Brignoli, *Los Métodos de la Historia. Introducción a los Problemas, Métodos y Técnicas de la Historia Demográfica, Económica y Social*, 2.ª ed., Barcelona, Editorial Crítica, 1977, p. 319.)

¹⁰² *Portugal na Alvorada do Século XX. [...]*, cit., pp. 201-202.

¹⁰³ *O Conimbricense*, n.º 5772, de 21 de Março de 1903.

¹⁰⁴ *Ibid.*, n.º 6030, de 16 de Setembro de 1905.

¹⁰⁵ Entre outras, em 1912, já mencionada, e em Junho-Julho de 1913 (BAMC, *Requerimentos Diversos*, 1913).

3. A propaganda do movimento operário, efectuada por diversos meios, mas com predomínio da imprensa, foi relativamente intensiva, quer quanto ao número de periódicos, quer quanto à informação e doutrina que inseriam. Além dos órgãos mais directamente ligados ao movimento operário — *Jornal dos Artistas*, *A Officina*, *A Voz do Artista*, etc. —, deve destacar-se o inestimável papel desempenhado pelo *O Conimbricense*, devido, por um lado, ao longo período de publicação (1854-1907) e, por outro, à personalidade e ao prestígio de que justamente gozava Joaquim Martins de Carvalho, que foi seu director durante 44 anos (1854-98).

4. O operariado coimbrão, no meio em que se movia, tinha de ser comedido nas reivindicações a efectuar. Assim, a questão do aumento de salário — tão premente noutras localidades, no País como no estrangeiro —, a avaliar pela documentação conhecida, não parece ter dado origem a grandes conflitos. Muitos operários contentar-se-iam, frequentemente, apenas com a liquidação de salários em atraso. A redução do dia de trabalho — das 13/14 para as 8 horas — terá sido questão essencial nas reivindicações operárias em Coimbra, na última década do século XIX e primeiras duas do XX.

5. A greve, como não podia deixar de ser perante as condições descritas, só muito raramente foi utilizada. A maior parte das grandes unidades industriais do distrito — para o meio, entenda-se — não estavam instaladas em Coimbra, mas sim nos concelhos da Figueira da Foz, Soure, Lousã e Góis. Deste modo, a concentração do operariado na cidade era reduzida e como que «apagada» pelo sector terciário. Sintomático, em nossa opinião, foi o facto de a tão conhecida «greve de Março», ou Revolta do Grelo, de 1903, ter principiado com as pequenas vendedeiras que, dos subúrbios da cidade, vinham ao mercado vender os seus produtos, o que só por si já diz alguma coisa sobre a estrutura socioeconómica da área coimbrã.